



TEXTO PARA DISCUSSÃO N°547

**AS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS NO CONTEXTO DA DISTRIBUIÇÃO
ESPACIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**

**Breno A. T. D. de Pinho
Fausto Brito**

Dezembro de 2016

Universidade Federal de Minas Gerais

Jaime Arturo Ramírez (Reitor)

Sandra Regina Goulart Almeida (Vice-reitora)

Faculdade de Ciências Econômicas

Paula Miranda-Ribeiro (Diretora)

Lizia de Figueirêdo (Vice-diretora)

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)

Mônica Viegas Andrade (Diretora)

Eduardo da Motta e Albuquerque (Vice-Diretor)

José Irineu Rangel Rigotti (Coordenador do Programa de Pós-graduação em Demografia)

Marco Flávio da Cunha Resende (Coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia)

Laura Lídia Rodríguez Wong (Chefe do Departamento de Demografia)

Edson Paulo Domingues (Chefe do Departamento de Ciências Econômicas)

Editores da série de Textos para Discussão

Aline Souza Magalhães (Economia)

Adriana de Miranda-Ribeiro (Demografia)

Secretaria Geral do Cedeplar

Maristela Dória (Secretária-Geral)

Simone Basques Sette dos Reis (Editoração)

<http://www.cedeplar.ufmg.br>

Textos para Discussão

A série de Textos para Discussão divulga resultados preliminares de estudos desenvolvidos no âmbito do Cedeplar, com o objetivo de compartilhar ideias e obter comentários e críticas da comunidade científica antes de seu envio para publicação final. Os Textos para Discussão do Cedeplar começaram a ser publicados em 1974 e têm se destacado pela diversidade de temas e áreas de pesquisa.

Ficha catalográfica

P654u	Pinho, Breno A. T. D. de.
2016	As grandes regiões metropolitanas no contexto da distribuição espacial da população brasileira / Breno A. T. D. de Pinho, Fausto Brito. - Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 2016.
	22 p. : il. - (Texto para discussão, 547)
	Inclui bibliografia (p.22)
	ISSN 2318-2377
	1. Urbanização - Brasil. 2. Brasil - População I. Brito, Fausto. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título. IV. Série.

CDD: 333.77981

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG - JN08/2017

As opiniões contidas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente o ponto de vista do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Faculdade de Ciências Econômicas ou da Universidade Federal de Minas Gerais. É permitida a reprodução parcial deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são expressamente proibidas.

Opinions expressed in this paper are those of the author(s) and do not necessarily reflect views of the publishers. The reproduction of parts of this paper or data therein is allowed if properly cited. Commercial and full text reproductions are strictly forbidden.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

**AS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS NO CONTEXTO DA DISTRIBUIÇÃO
ESPACIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**

Breno A. T. D. de Pinho
Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG

Fausto Brito
Professor e pesquisador do CEDEPLAR/UFMG – Departamento de Demografia

CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2016

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. FONTE DE DADOS E UNIDADES ESPACIAIS DA ANÁLISE	6
3. AS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS NO CONTEXTO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO	9
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

RESUMO

No contexto da distribuição espacial da população brasileira, vinte e três grandes regiões metropolitanas oficiais podem ser destacadas entre os espaços de maior relevância sobre a concentração da população, em especial da parcela urbana. O objetivo deste artigo consiste em analisar a atual situação da metropolização da população brasileira associada a esses espaços, considerando os dados demográficos referentes aos anos censitários de 1991, 2000 e 2010. Os resultados mostram que os níveis de metropolização da população brasileira permanecem notavelmente altos, mas, também, que o ritmo do crescimento demográfico das grandes regiões metropolitanas diminuiu, e isso corresponde a uma desaceleração do curso da concentração populacional comandada por elas.

Palavras-chave: Urbanização; Metropolização; Regiões Metropolitanas; Distribuição espacial da população.

ABSTRACT

In the context of the spatial distribution of the Brazilian population, twenty-three official metropolitan regions can be highlighted among the most important spaces on population concentration, especially the urban parcel. The objective of this article is to analyze the current situation of metropolization of the Brazilian population associated to these spaces, considering the demographic data for the census years of 1991, 2000 and 2010. The results show that the levels of metropolization of the Brazilian population remain remarkably high, but also that the pace of population growth in the major metropolitan areas has declined, and this corresponds to a slowdown in the concentration of population controlled by them.

Key words: Urbanization; Metropolization; Metropolitan Regions; Spatial distribution of population.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização do Brasil foi célere a partir da segunda metade do século XX, e também se combinou a uma notável concentração espacial da população urbana, que se revela a partir da consolidação de um número relativamente pequeno de municípios populosos ou, mais ainda, pela formação de aglomerações urbanas em torno de alguns deles (BRITO, 2006; 2007; MARTINE; MCGRANAHAN, 2010; BRITO; PINHO, 2012; 2015).

As grandes aglomerações urbanas, em especial as metropolitanas, são encontradas em todas as regiões do país, visto que elas se constituíram, em sua maioria, a partir do crescimento urbano das capitais estaduais (BRITO; PINHO, 2015). Essas grandes concentrações populacionais urbanas são reconhecidas no âmbito da política, definidas legalmente como regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento. Esses espaços correspondem a um agrupamento de municípios próximos, que apresentam, em menor ou maior grau, uma integração socioeconômica.

No atual contexto da distribuição espacial da população brasileira, podem ser destacadas vinte e três grandes regiões metropolitanas oficiais, formadas a partir das capitais estaduais de Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Cuiabá, Goiânia, Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Aracaju, Maceió e Salvador, além do Distrito Federal e dos municípios de Santos e Campinas, que pertencem ao estado de São Paulo (BRITO; PINHO, 2015).

O objetivo deste artigo consiste justamente em analisar a situação recente da distribuição espacial da população brasileira, em uma comparação entre os anos de 1991, 2000 e 2010, com ênfase no processo de metropolização da população comandado por essas vinte e três grandes regiões metropolitanas oficiais. O artigo se organiza em quatro seções. Na segunda, são apresentados os aspectos metodológicos, no que se refere aos dados populacionais e a segmentação espacial da análise. A terceira seção traz os resultados e a discussão sobre a metropolização no contexto da distribuição espacial da população no país. A última parte são as considerações.

O processo de metropolização será aqui analisado em termos das mudanças na distribuição espacial da população, isto é, a partir da perspectiva da concentração espacial da população brasileira nas grandes regiões metropolitanas oficiais. Tendo em vista que uma região metropolitana é formada por um conjunto de municípios, considera-se tal conjunto como uma unidade espacial particular. E, portanto, não será abordada a dimensão da distribuição relativa da população entre os municípios de uma mesma região metropolitana.

2. FONTE DE DADOS E UNIDADES ESPACIAIS DA ANÁLISE

Para a análise da distribuição espacial da população, serão utilizados os dados de população municipal disponibilizados por PNUD, IPEA e FJP (2013) no *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. Nessa publicação, as informações de população correspondem aos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Contudo, as informações demográficas das unidades municipais

são compatibilizadas, isto é, as unidades espaciais dos dados dos anos de 1991 e 2000 são adaptadas, e, portanto, os municípios nesses anos passam a corresponder aos mesmos municípios existentes no ano de 2010. Em outras palavras, os dados de população municipal para 1991, 2000 e 2010 são padronizados em termos de unidades espaciais do ano de 2010.¹

O processo de metropolização da população será analisado a partir de vinte e três grandes regiões metropolitanas, cujas delimitações são oficialmente definidas no âmbito da política, a saber: RM da Baixada Santista (SP), RM da Grande São Luís (MA), RM da Grande Vitória (ES), RM de Aracaju (SE), RM de Belém (PA), RM de Belo Horizonte (MG), RM de Campinas (SP), RM de Curitiba (PR), RM de Florianópolis (SC), RM de Fortaleza (CE), RM de Goiânia (GO), RM de João Pessoa (PB), RM de Maceió (AL), RM de Manaus (AM), RM de Natal (RN), RM de Porto Alegre (RS), RM de Recife (PE), RM de Salvador (BA), RM de São Paulo (SP), RM do Rio de Janeiro (RJ), RM do Vale do Rio Cuiabá (MT), RIDE da Grande Teresina (PI/MA) e RIDE do Distrito Federal e Entorno (DF/MG/GO).²

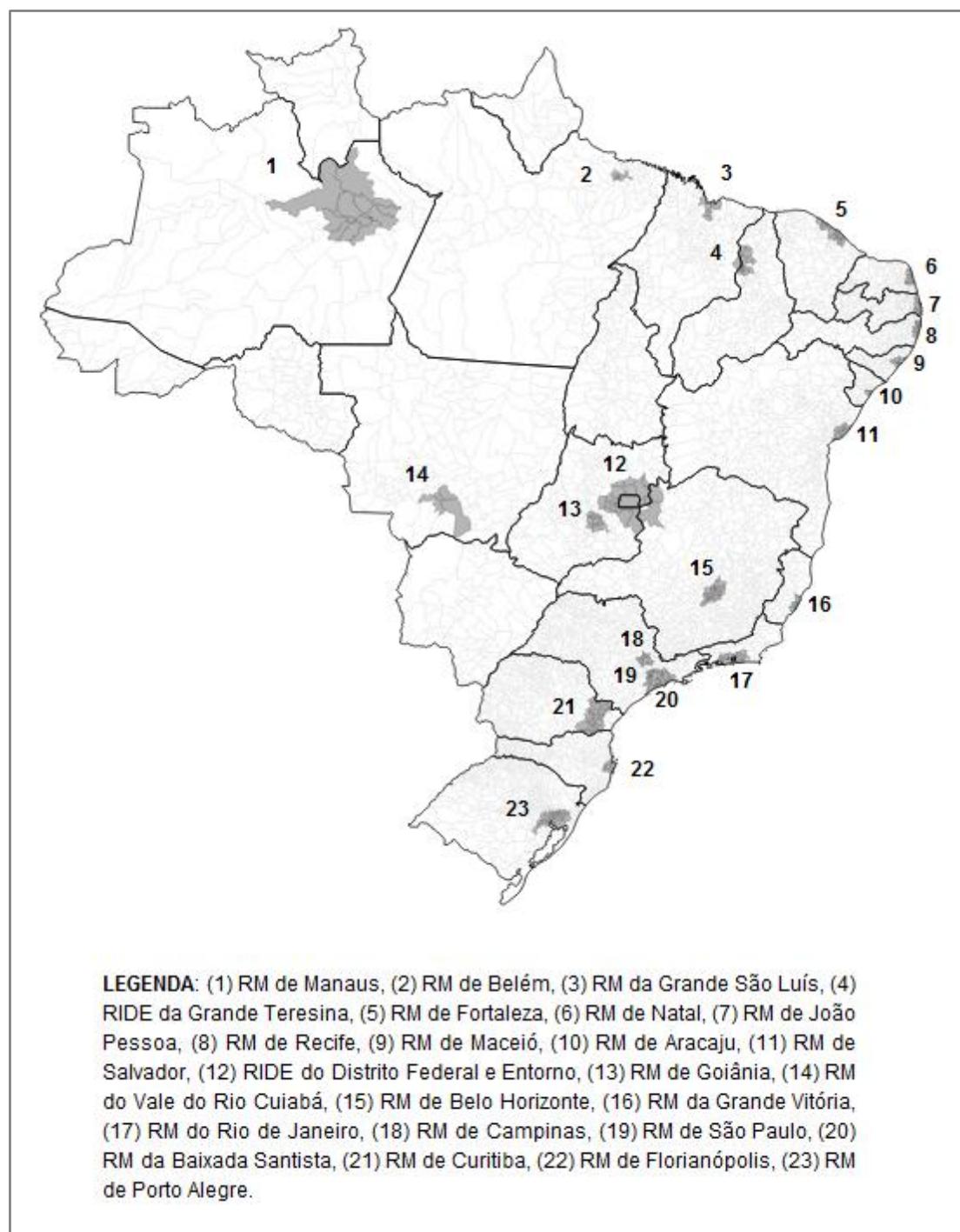
Os municípios que integram a composição das vinte e três regiões metropolitanas em questão correspondem à delimitação oficial, conforme divulgado por IBGE (2015). Para as análises populacionais comparadas entre os períodos, os municípios que as compõem foram padronizados pela delimitação oficial atual, isto é, a composição de municípios de cada uma delas será a mesma nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Como o termo região metropolitana é utilizado para nomear um variado número de espaços reconhecidos oficialmente como metropolitanos no país, as vinte e três regiões metropolitanas selecionadas, para fins de análise, serão aqui denominadas *grandes regiões metropolitanas oficiais* – GRMOs. Na Figura 1, pode-se observar como elas se distribuem pelo país.

¹A formação de novos municípios é um problema para uma análise da distribuição espacial da população quando há uma grande variação no número de unidades espaciais na comparação entre os períodos. O número de municípios existentes no Brasil alcança uma diferença acentuada principalmente entre os anos de 1991 e 2000. Entre esses anos, foram formados pouco mais de mil novos municípios no país, e, entre 2000 e 2010, pouco menos de sessenta. Portanto, a padronização das unidades municipais elimina os efeitos das mudanças populacionais provocadas por fragmentações políticas do espaço. Por isso, optou-se pela utilização dos dados de população dos municípios brasileiros disponibilizados no *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*.

²Deve ser observado que no caso das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Florianópolis e Cuiabá não serão incluídos nas análises os municípios das subdivisões metropolitanas: colar metropolitano, área de expansão metropolitana e entorno metropolitano, respectivamente. Ademais, o termo “região metropolitana” é aqui utilizado de forma extensiva às regiões integradas de desenvolvimento (RIDE).

FIGURA 1
Distribuição espacial das GRMOs



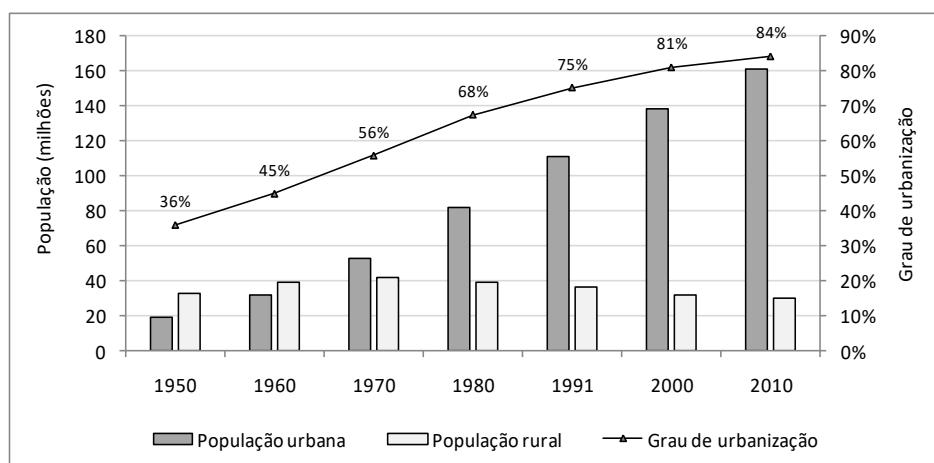
Fonte: Elaborado a partir da malha digital municipal 2010 – IBGE.

Nota: A composição de municípios dos espaços metropolitanos corresponde à delimitação oficial, conforme divulgado por IBGE (2015)

3. AS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS NO CONTEXTO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Analizando as informações do Gráfico 1, pode-se notar que a urbanização no Brasil ocorreu de forma relativamente célere a partir da segunda metade do século XX. Em 1950, menos de 40% da população brasileira estava residindo em áreas urbanas. Vinte anos depois, o tamanho da população urbana já se tornava superior à rural. Após a década de 1970, enquanto a população urbana continuou em crescimento, a população rural passou a sustentar uma trajetória de declínio em números absolutos. É interessante notar que, entre os anos de 1950 e 2010, a população urbana do Brasil apresentou um incremento de 142,1 milhões de pessoas, passando, entre essas décadas, de 18,7 milhões para 160,9 milhões de pessoas. No ano de 2010, 84% da população brasileira já estava residindo em áreas urbanas.

GRÁFICO 1
Evolução da população brasileira, segundo a situação rural e urbana - anos censitários entre 1950 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1950 a 2010 - IBGE/SIDRA.

As transformações do Brasil, ao longo do século XX, associadas ao curso de sua transição para uma sociedade urbana, levaram também a uma grande concentração espacial da população, em especial em grandes aglomerações urbanas metropolitanas (BRITO, 2006; 2007; BRITO; PINHO, 2012; 2015).

A consolidação das grandes aglomerações metropolitanas revela uma combinação entre a concentração espacial e a metropolização da população (BRITO, 2006; 2007; BRITO; PINHO, 2015). Inicialmente, para se compreender a importância demográfica dos espaços metropolitanos, deve ser observado que, desde o final do século XX, pouco mais de 40% de toda a população do Brasil se manteve concentrada nas GRMOs (TABELA 1).

TABELA 1

População, taxa de crescimento e incremento demográfico, segundo GRMOs e demais áreas do Brasil - anos censitários de 1991, 2000 e 2010

Períodos	GRMOs		Brasil exclusive GRMOs		Brasil (total)	
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
População total						
1991	58.753.948	40,0%	88.072.015	60,0%	146.825.963	100%
2000	70.518.855	41,5%	99.280.186	58,5%	169.799.041	100%
2010	80.171.641	42,0%	110.584.158	58,0%	190.755.799	100%
Incremento demográfico						
1991-2000	11.764.907	51,2%	11.208.171	48,8%	22.973.078	100%
2000-2010	9.652.786	46,1%	11.303.972	53,9%	20.956.758	100%
1991-2010	21.417.693	48,8%	22.512.143	51,2%	43.929.836	100%
Taxa média geométrica de crescimento anual da população						
1991-2000	-	2,07%	-	1,35%	-	1,64%
2000-2010	-	1,29%	-	1,08%	-	1,17%

Fonte: Elaborado a partir dos dados de população municipal disponibilizados no *Altas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*.

A evolução demográfica das GRMOs, nas últimas décadas, está associada a uma ligeira trajetória de crescimento sobre a concentração espacial da população, visto que, entre os anos de 1991 e 2010, passou de 40% para 42% a proporção da população do país que se encontrava residindo nesses espaços metropolitanos. Por outro lado, essa tendência de crescimento ocorre com ganhos percentuais pequenos e menores em cada período. É interessante notar que a taxa de crescimento populacional das GRMOs ficou acima da taxa de crescimento do país nos períodos 1991-2000 e 2000-2010, mas observa-se, na comparação entre esses períodos, uma redução do ritmo do crescimento e de sua diferença em relação ao conjunto do país (TABELA 1).

A reconstrução da trajetória demográfica correspondente à GRMOs revela que o número de habitantes em seus municípios passou de 58,7 milhões para 80,1 milhões de pessoas entre os anos de 1991 e 2010. Esse aumento corresponde a um incremento demográfico de 21,4 milhões de pessoas nessas duas décadas, o mesmo que dizer que a cada ano foi acrescido, em média, pouco mais de 1 milhão de pessoas ao bloco das GRMOs. A importância demográfica desses espaços metropolitanos se destacada quando se verifica que todo o resto do país contabilizou um incremento demográfico pouco superior ao grupo metropolitano em questão, com um aumento de 22,5 milhões de pessoas entre 1991 e 2010 (TABELA 1).

É interessante notar que a proporção do incremento demográfico do país correspondente às GRMOs diminuiu na comparação entre os períodos 1991-2000 e 2000-2010, de 51,2% para 46,1% (TABELA 1). Mas essa redução na participação sobre o incremento demográfico não levou a uma reversão na trajetória de aumento da concentração espacial da população nas GRMOs, e sim reduziu o ritmo em que se deu a concentração em relação ao período anterior. Isso pode ser compreendido quando se considera que a taxa de crescimento das GRMOs, apesar de se reduzir, ainda se manteve ligeiramente maior que a do país.

Como as GRMOs são notadamente grandes aglomerações urbanas, esses espaços, logicamente, apresentam uma participação ainda mais significativa sobre a concentração da população urbana do país. Nas últimas décadas, quase 50% da população urbana brasileira esteve concentrada nesses espaços metropolitanos, como pode ser observado nos dados da Tabela 2. Entretanto, a concentração da população urbana nas GRMOs passou de 49,6% para 48,2% entre os anos de 1991 e 2010. E esse pequeno declínio se deve ao avanço da urbanização pelo interior do país.

TABELA 2
População urbana, taxa de crescimento e incremento demográfico, segundo GRMOs e demais áreas do Brasil - anos censitários de 1991, 2000 e 2010

Períodos	GRMOs		Brasil exclusive GRMOs		Brasil	
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
População urbana						
1991	55.092.716	49,6%	55.898.314	50,4%	110.991.030	100%
2000	67.412.847	48,9%	70.541.128	51,1%	137.953.975	100%
2010	77.563.307	48,2%	83.362.485	51,8%	160.925.792	100%
Incremento demográfico urbano						
1991-2000	12.320.131	45,7%	14.642.814	54,3%	26.962.945	100%
2000-2010	10.150.460	44,2%	12.821.357	55,8%	22.971.817	100%
1991-2000	22.470.591	45,0%	27.464.171	55,0%	49.934.762	100%
Taxa média geométrica de crescimento anual da população urbana						
1991-2000	-	2,29%	-	2,64%	-	2,47%
2000-2010	-	1,41%	-	1,68%	-	1,55%
Grau de urbanização						
1991	-	94%	-	63%	-	76%
2000	-	96%	-	71%	-	81%
2010	-	97%	-	75%	-	84%

Fonte: Elaborado a partir dos dados de população municipal disponibilizados no *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*.

Certamente o curso da urbanização no país passa a incorporar de forma generalizada o conjunto da população, o que se revela na importância das áreas urbanas em termos de lugar de moradia para além dos grandes espaços metropolitanos. Isso quer dizer que a transição urbana continua avançando e a concentração das pessoas nas áreas urbanas se amplia em todos os municípios, mesmo naqueles de menor tamanho demográfico. Ademais, o Brasil conta com a formação de diversos municípios de médio porte, que atraem população e contribuem acelerar a urbanização no interior do país (BRITO; PINHO, 2012; 2015).³

³ Considerando os dados de população municipal (total e urbana) disponibilizados no *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*, podem ser analisadas as mudanças no grau de urbanização dos municípios. Com base nesses dados, observa-se que dos 5.189 municípios que não fazem parte do grupo das GRMOs, apenas 216 não apresentaram um aumento positivo no grau de urbanização da população na comparação entre os anos de 1991 e 2010. No ano de 2010, considerando todos os 5.189 municípios que não integram as GRMOs, 1.758 apresentam um grau de urbanização de 75% ou mais, 1.860 entre 50% e 74% e 1.169 entre 30% e 49%, sendo apenas 402 aqueles com grau de urbanização de menos de 30%. Deve ser destacado que esses 5.189 municípios ainda contabilizam, em conjunto, uma população rural de 27,2 milhões de pessoas, o

As GRMOs, logicamente, apresentam elevado grau de urbanização de sua população, diferentemente do que ocorre em outras áreas no Brasil. Entre os anos de 1991 e 2010, o grau de urbanização das GRMOs aumentou de 94% para 97%, enquanto o grau de urbanização (agregado) das demais áreas do país passou de 63% para 75%, restando ainda um quarto de sua população em áreas rurais. A partir dessas diferenças na evolução do grau de urbanização, pode-se entender porque as taxas de crescimento da população total e urbana são mais semelhantes no caso das GRMOs, diferentemente do que ocorre com o resto do país. O ritmo de crescimento da população urbana residente fora das GRMOs se manteve mais alto que a da população urbana brasileira nos períodos 1991-2000 e 2000-2010, mas, na comparação entre os períodos, essa taxa declina e se aproxima mais da taxa do país (TABELA 2).

É interessante notar que uma aceleração da urbanização, para além das grandes regiões metropolitanas, não depende necessariamente de mudanças no ritmo de crescimento da população residente nesse vasto espaço, tendo vista que um aumento do crescimento urbano pode ser potencializado a partir da incorporação do contingente rural às áreas urbanas. Portanto, considerando a importância quantitativa da população rural fora das GRMOs, pode-se aventurar que a contínua incorporação dessa população nas áreas urbanas favoreceu certa redução nos níveis de metropolização da população urbana, sem que isso levasse igualmente a uma redução da concentração da população brasileira nas GRMOs.

O significado da metropolização no Brasil, no contexto da distribuição espacial da população, pode ser compreendido também quando se considera o número de municípios metropolitanos e a porção do território correspondente a eles. Consoante os dados da Tabela 3, exposta a seguir, verifica-se que a formação das GRMOs envolve somente 376 municípios dos 5.565 existentes, e a soma de suas áreas corresponde a apenas 3,7% do país. Portanto, nas últimas décadas, essa pequena fração do território, correspondente aos municípios das vinte e três grandes regiões metropolitanas oficiais, concentrou pouco mais de 40% da população total e aproximadamente 50% da população urbana brasileira.

que corresponde a 25% da população residente nesse vasto espaço no ano de 2010.

TABELA 3
População urbana etotal, área e municípios das Grandes Regiões concentrados nas GRMOs - anos censitários de 1991, 2000 e 2010

Ano	Grandes Regiões					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
População total concentrada nas GRMOs						
1991	27,9%	30,4%	52,9%	26,8%	42,1%	40,0%
2000	28,7%	32,7%	53,2%	29,1%	45,8%	41,5%
2010	28,3%	34,2%	53,2%	29,7%	47,1%	42,0%
População urbana concentrada nas GRMOs						
1991	36,6%	44,1%	58,6%	33,6%	48,2%	49,6%
2000	38,4%	44,2%	57,2%	33,6%	50,3%	48,9%
2010	36,1%	43,9%	56,6%	33,1%	50,9%	48,2%
Área e número de municípios correspondentes às GRMs						
Área (%)	3,4%	2,6%	5,0%	5,3%	4,4%	3,7%
Municípios	20	108	132	72	44	376

Fonte: Elaborado a partir dos dados de população municipal disponibilizados no *Altas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. Informações das áreas dos municípios foram obtidas em IBGE (2012).

Notas: (a) Número total de municípios no ano de 2010: Brasil (5.565), Norte (449), Nordeste (1.794), Sudeste (1.668), Sul (1.188), Centro-Oeste (466); (b) Conforme IBGE (2015), número oficial de municípios dos espaços metropolitanos: Manaus (13), Belém (7), Grande São Luís (9), Grande Teresina (14), Fortaleza (19), Natal (11), João Pessoa (12), Recife (14), Aracaju (4), Maceió (12), Salvador (13), Belo Horizonte (34), Grande Vitória (7), Rio de Janeiro (21), Baixada Santista (9), Campinas (20), São Paulo (39), Curitiba (29), Florianópolis (9), Porto Alegre (34), Vale do Rio Cuiabá (4), Goiânia (20), Distrito Federal (22).

Conforme os dados da Tabela 3, a concentração da população nas GRMOs, observada em termos nacionais, também se reproduz no nível regional. As regiões metropolitanas se distribuem por todas as Grandes Regiões do país e desempenham um papel relevante dentro do contexto da urbanização e distribuição espacial da população. Contudo, os níveis de metropolização da população associados às GRMOs se diferem entre as cinco Grandes Regiões, o que, de forma geral, envolve as particularidades do crescimento das regiões metropolitanas e o contexto de ocupação e desenvolvimento regional do país.

Na Região Norte, as duas GRMOs, Manaus e Belém, mantiveram uma participação relativamente estável sobre a concentração da população urbana e total dessa região. Entre os anos de 1991 e 2010, as duas GRMOs concentraram em torno de 28% da população total e ao redor de 37% da população urbana dessa Grande Região. Essa concentração demográfica nas regiões metropolitanas envolve um número de 20 municípios, que ocupam apenas 3,4% do território correspondente à Região Norte (TABELA 3).

No Nordeste, as nove regiões metropolitanas, Salvador, Fortaleza, Recife, João Pessoa, Maceió, Natal, Aracaju, Teresina e São Luís, aumentaram de 30% para 34% a participação sobre a concentração da população nordestina entre os anos de 1991 e 2010. Nesse mesmo período, a concentração da população urbana se manteve estável, com esses espaços metropolitanos reunindo pouco menos de 45% de toda a população urbana do Nordeste. Essas nove GRMOs são formadas por um conjunto de 108 municípios, que correspondem a apenas 2,6% do território da Região Nordeste, a qual se fragmenta em 1.794 municípios (TABELA 3).

No Sudeste, a concentração da população nos espaços metropolitanos alcança os níveis mais altos em comparação com outras regiões do país, visto que as mais populosas regiões metropolitanas estão situadas aí. A concentração da população do Sudeste nas GRMOs se manteve estável entre os anos de 1991 e 2010, ficando em 53%, enquanto a concentração da população urbana, sem modificar seus elevados níveis, apresentou ligeiro declínio, passando de 59% para 57% nesse mesmo período. As GRMOs do Sudeste são Grande Vitória, Belo Horizonte, Campinas, Baixada Santista, São Paulo e Rio de Janeiro, as quais reúnem 132 municípios, que correspondem a 5% do território dessa região, que é composta por um número de 1.668 municípios (TABELA 3).

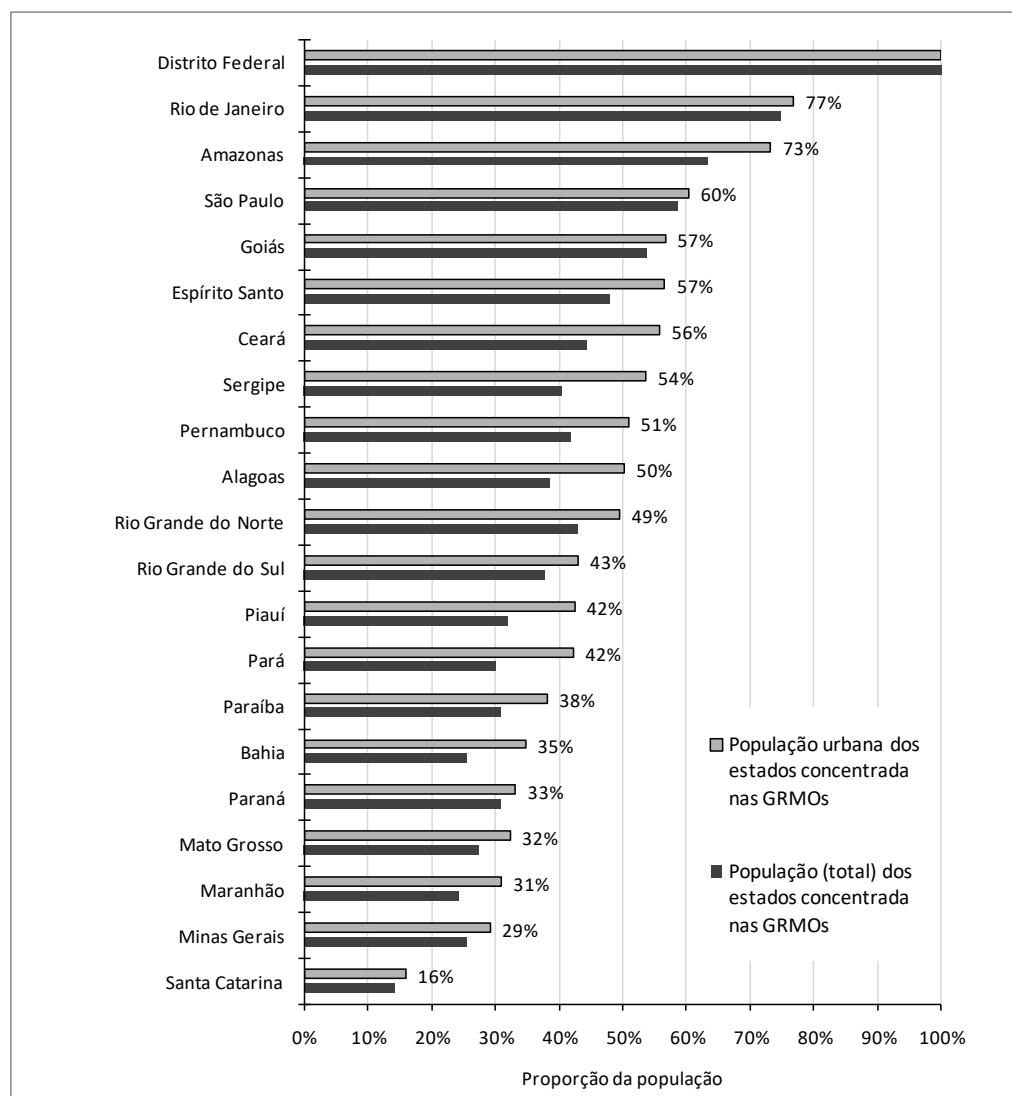
Na Região Sul, a concentração da população nos grandes espaços metropolitanos alcança níveis semelhantes a do Norte do país. Entre os anos de 1991 e 2010, a população dessa Grande Região concentrada nas GRMOs passou de 27% para 30%, enquanto a concentração da população urbana ficou estável em torno de 34%. As GRMOs da Região Sul são Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis, as quais agregam 72 municípios, que respondem por 5,3% do território dessa região, que conta com 1.188 municípios (TABELA 3).

No Centro-Oeste estão as GRMOs de Goiânia, Brasília e Cuiabá, as quais aumentaram a participação sobre a concentração da população dessa Grande Região, de 42% para 47% entre os anos de 1991 e 2010, enquanto a concentração sobre a população urbana aumentou de 48% para 51% nesse mesmo período. Essas GRMOs são formadas por 44 municípios, os quais respondem por 4,4% do território da Região Centro-Oeste (TABELA 3).

É interessante notar que, em uma comparação entre os anos 1991 e 2010, as cinco Grandes Regiões do país registraram um aumento na proporção de sua população concentrada nas GRMOs. Por outro lado, nesse mesmo período, considerando somente a população urbana, apenas o Centro-Oeste não registra uma ligeira redução na concentração dessa população nas GRMOs. Portanto, assim como ocorre em termos de Brasil, também, no caso regional, amplia-se a concentração da população nas áreas urbanas para além dos grandes espaços metropolitanos.

Para analisar a atual importância das GRMOs dentro das unidades da federação, podem ser observados os dados do Gráfico 2, que traz a fração da população estadual (urbana e total) concentrada nesses espaços metropolitanos no ano de 2010. Na maior parte dos estados, as grandes regiões metropolitanas assumem um papel fundamental na concentração espacial da população, a exceção, logicamente, daqueles que não contam com elas: Rondônia, Roraima, Tocantins, Amapá e Mato Grosso do Sul. No caso do Distrito Federal, toda a sua população é parte de sua região metropolitana. Em oito estados, Pernambuco, Sergipe, Ceará, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Amazonas e Rio de Janeiro, mais 50% da população urbana estadual encontrava-se nas GRMOs. Em cinco, essa proporção estava entre 42% e 50%: Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Alagoas. Em outros cinco, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Bahia e Paraíba, as GRMOs concentravam entre 31% e 38% da população urbana estadual, ficando próximo a 30% em Minas Gerais e de apenas 16% em Santa Catarina. E como se poderia esperar, as regiões metropolitanas têm maior peso sobre a concentração da população urbana do que sobre a total dos estados.

GRÁFICO 2
Proporção da população dos estados concentrada nas GRMOs -Ano de 2010



Fonte: Elaborado a partir dos dados de população municipal disponibilizados no *Altas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*.

Notas: (a) Os estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins não contam com nenhuma das GRMOs selecionadas; (b) A concentração da população urbana do estado de São Paulo inclui três GRMOs: São Paulo (49%), Campinas (7%) e Baixada Santista (4%); (c) Devido à existência das áreas metropolitanas interestaduais, a população urbana estadual concentrada nas GRMOs inclui: (i) Belo Horizonte (28,7%) e Distrito Federal (0,5%) em Minas Gerais, (ii) Goiânia (39%) e Distrito Federal (17%) em Goiás, e (iii) Grande São Luís (28%) e Teresina (3%) no Maranhão.

Para analisar as vinte e três grandes regiões metropolitanas oficiais, a Tabela 4 traz o tamanho da população residente nesses espaços metropolitanos nos anos de 1991, 2000 e 2010, bem como a parcela da população do país concentrada nos mesmos.

TABELA 4
População e concentração relativa da população do Brasil nas GRCOs - anos censitários de 1991, 2000 e 2010

GRMOs	População residente			Concentração da população brasileira		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
RM Manaus	1.262.581	1.725.536	2.210.647	0,86%	1,02%	1,16%
RM Belém	1.536.706	1.973.259	2.275.032	1,05%	1,16%	1,19%
RM Grande São Luís	924.624	1.179.874	1.443.193	0,63%	0,69%	0,76%
RIDE Teresina	848.891	1.004.266	1.150.959	0,58%	0,59%	0,60%
RM Fortaleza	2.548.514	3.165.797	3.741.198	1,74%	1,86%	1,96%
RM Natal	898.125	1.132.670	1.361.445	0,61%	0,67%	0,71%
RM João Pessoa	813.751	980.874	1.156.273	0,55%	0,58%	0,61%
RM Recife	2.923.512	3.337.565	3.690.547	1,99%	1,97%	1,93%
RM Maceió	825.206	1.029.734	1.200.686	0,56%	0,61%	0,63%
RM Aracaju	530.911	676.477	835.816	0,36%	0,40%	0,44%
RM Salvador	2.585.345	3.118.602	3.573.973	1,76%	1,84%	1,87%
RM Belo Horizonte	3.522.909	4.357.943	4.883.970	2,40%	2,57%	2,56%
RM Grande Vitória	1.138.092	1.438.868	1.687.704	0,78%	0,85%	0,88%
RM Rio de Janeiro	9.880.284	10.963.791	11.945.532	6,73%	6,46%	6,26%
RM Baixada Santista	1.219.909	1.476.241	1.664.136	0,83%	0,87%	0,87%
RM Campinas	1.874.443	2.348.177	2.808.906	1,28%	1,38%	1,47%
RM São Paulo	15.445.239	17.878.407	19.683.975	10,52%	10,53%	10,32%
RM Curitiba	2.140.986	2.813.237	3.223.836	1,46%	1,66%	1,69%
RM Florianópolis	533.343	713.091	877.116	0,36%	0,42%	0,46%
RM Porto Alegre	3.247.796	3.782.651	4.032.062	2,21%	2,23%	2,11%
RM Vale do Rio Cuiabá	590.633	726.221	833.766	0,40%	0,43%	0,44%
RM Goiânia	1.312.710	1.743.298	2.173.141	0,89%	1,03%	1,14%
RIDE Distrito Federal	2.149.438	2.952.276	3.717.728	1,46%	1,74%	1,95%

Fonte: Elaborado a partir dos dados de população municipal disponibilizados pelo *Altas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*.

Pelo tamanho populacional muito distinto das demais, devem ser destacadas as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, pois a primeira, em 2010, conta 19,6 milhões de habitantes e a segunda 11,8 milhões. Somente essas duas regiões metropolitanas, em conjunto, responderam por 17,2% da população brasileira em 1991, declinando ligeiramente para 16,6% no ano de 2010 (TABELA 4).

Essa ligeira redução na participação das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro sobre a concentração da população brasileira não significa uma redução de tamanho da população dessas regiões, mas refletem a diminuição de seu ritmo de crescimento. Por outro lado, ainda que continue a redução das taxas de crescimento dessas regiões metropolitanas, elas permanecem fundamentais no contexto da metropolização da população brasileira. E pode-se aventar que dificilmente outra região metropolitana do país poderá se aproximar do porte demográfico alcançado por São Paulo ou mesmo Rio de Janeiro.

Considerando somente a população concentrada pelas GRMOs, pode-se notar que as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, em conjunto, responderam por 43% da população metropolitana no ano de 1991, declinando para 39% no ano de 2010. Ainda uma importância destacável, considerando o número das grandes regiões metropolitanas existentes no país.

Analizando o período mais recente, o ano de 2010, a terceira mais populosa região metropolitana é Belo Horizonte, com 4,8 milhões de habitantes, seguida por Porto Alegre, com 4,0 milhões, e pelas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Distrito Federal, que contaram 3,7 milhões de pessoas. As regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Curitiba contabilizaram uma população acima de 3 milhões de habitantes. Com populações entre 2 milhões e 3 milhões, encontravam-se as regiões metropolitanas de Campinas, Belém, Manaus e Goiânia. Entre 1 milhão e 2 milhões, estavam as regiões metropolitanas da Grande Vitória, Baixada Santista, Grande São Luís, Natal, Maceió, João Pessoa e Teresina. Com pouco menos de 1 milhão de habitantes, estavam Florianópolis, Aracaju e Cuiabá (TABELA 4).

Considerando essas 21 GRMOs (não incluindo os casos de São Paulo e Rio de Janeiro), quase todas computaram aumentos sobre a concentração espacial da população brasileira entre os anos de 1991 e 2010, a exceção apenas de Porto Alegre e Recife, que apresentam ligeiro recuo. Considerando que os tamanhos populacionais dessas 21 GRMOs, no ano de 2010, encontravam-se entre 4,8 milhões, o caso de Belo Horizonte, e pouco mais de 800 mil pessoas, o caso de Cuiabá, a participação de cada uma dessas GRMOs na concentração da população brasileira ficou dentro de um intervalo entre 2,6% e 0,4% nesse ano (TABELA 4).

Como pode ser observado, a seguir, na Tabela 5, em todas as GRMOs ocorre uma desaceleração da taxa de crescimento populacional e uma redução no volume do incremento demográfico médio anual, quando se compara o período 1991-2000 ao 2000-2010. Essas mudanças no crescimento das grandes regiões metropolitanas certamente estão associadas ao declínio dos níveis de fecundidade, mas também envolvem mudanças nos padrões migratórios.

Conforme as análises de Brito e Pinho (2015), as migrações, historicamente fundamentais no processo de urbanização e metropolização da população brasileira, passam a oferecer às grandes regiões metropolitanas, em geral, ganhos líquidos de população menores. No atual contexto da transição demográfica em que passam a prevalecer níveis muito baixos de fecundidade, as mudanças migratórias contribuem de forma decisiva para o arrefecimento do ritmo de crescimento e incremento demográfico metropolitano.⁴

⁴ As grandes concentrações populacionais do país, como as regiões metropolitanas, formaram-se, ao longo do século XX, em meio a uma grande mobilidade espacial da população dentro país, ao passo que o processo de modernização econômica contribuiu para uma redistribuição populacional em favor das áreas urbanas economicamente mais dinâmicas (BRITO, 2006; 2007; 2009). Por outro lado, nas últimas décadas, de forma geral, as grandes regiões metropolitanas passam a contabilizar um aumento do volume dos emigrantes paralelamente a certa continuidade de grandes volumes de imigrantes, o que leva à redução dos saldos migratórios metropolitanos, mas sem que isso signifique perda de importância desses espaços no contexto migratório do país (BRITO; 2006; BRITO; PINHO, 2015).

TABELA 5
Incremento demográfico e taxa de crescimento das GRMOs - anos censitários de 1991, 2000 e 2010

GRMOs	Incremento demográfico médio anual		Taxa média geométrica de crescimento anual	
	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010
RM Manaus	51.920	48.511	3,57%	2,51%
RM Belém	48.959	30.177	2,84%	1,43%
RM Grande São Luís	28.626	26.332	2,77%	2,03%
RIDE Teresina	17.425	14.669	1,90%	1,37%
RM Fortaleza	69.228	57.540	2,46%	1,68%
RM Natal	26.304	22.878	2,64%	1,86%
RM João Pessoa	18.743	17.540	2,12%	1,66%
RM Recife	46.436	35.298	1,50%	1,01%
RM Maceió	22.938	17.095	2,51%	1,55%
RM Aracaju	16.325	15.934	2,75%	2,14%
RM Salvador	59.805	45.537	2,13%	1,37%
RM Belo Horizonte	93.649	52.603	2,41%	1,15%
RM Grande Vitória	33.732	24.884	2,66%	1,61%
RM Rio de Janeiro	121.515	98.174	1,17%	0,86%
RM Baixada Santista	28.748	18.790	2,16%	1,21%
RM Campinas	53.129	46.073	2,56%	1,81%
RM São Paulo	272.879	180.557	1,65%	0,97%
RM Curitiba	75.393	41.060	3,11%	1,37%
RM Florianópolis	20.159	16.403	3,31%	2,09%
RM Porto Alegre	59.984	24.941	1,72%	0,64%
RM Vale do Rio Cuiabá	15.206	10.755	2,34%	1,39%
RM Goiânia	48.290	42.984	3,23%	2,23%
RIDE Distrito Federal	90.038	76.545	3,62%	2,33%

Fonte: Elaborado a partir dos dados de população municipal disponibilizados pelo *Altas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*.

Nota: As taxas de crescimento do país, conforme dados da Tabela 1, foram de 1,64% entre 1991 e 2000 e de 1,17% entre 2000 e 2010.

Mesmo sob uma tendência generalizada de redução do ritmo de crescimento populacional, as GRMOs, em sua maioria, ainda sustentam taxas mais altas que a do país, o que se reflete em aumentos, ainda que pequenos, sobre a concentração relativa da população brasileira. Conforme os dados da Tabela 5, no período 1991-2000, apenas duas regiões metropolitanas apresentaram um ritmo de crescimento inferior ao da taxa nacional, Rio de Janeiro e Recife. No período 2000-2010, novamente Rio de Janeiro e Recife, além de São Paulo e Porto Alegre, cresceram a taxas inferiores a do país, podendo-se incluir ainda o caso de Belo Horizonte. É interessante notar que esses casos envolvem as regiões metropolitanas mais populosas do país, o que revela uma situação peculiar dentro do curso de metropolização da população.

No caso das duas principais regiões metropolitanas, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como Recife e Porto Alegre, o arrefecimento do ritmo de crescimento implicou ligeira redução sobre a concentração relativa da população brasileira na comparação entre os anos de 1991 e 2010, enquanto para Belo Horizonte esse recurso se limita à última década. Contudo, essas mudanças não alteraram a

importância desses espaços no contexto da metropolização brasileira. No caso das demais GRMOs, as mudanças favoráveis sobre a concentração da população brasileira, nas últimas duas décadas, não ocorreram com grande intensidade, o que corresponde a certo limite na capacidade desses espaços para uma incorporação contínua de grandes contingentes populacionais.

Deve ser destacado quemesmo diante de uma redução do ritmo de crescimento populacional, bem como do incremento demográfico médio anual, a concentração da população do país no conjunto das GRMOs praticamente não se alterou, isto é, aumentou ligeiramente. O arrefecimento que se nota é sobre o processo de concentração da população no bloco das GRMOs, com a maior parte desses espaços metropolitanos aumentando, em parcelas cada vez menores, sua participação sobre a concentração relativa da população brasileira, paralelamente aos casos de pequeno recuo envolvendo as regiões metropolitanas mais populosas.

Outro aspecto é o crescimento da população urbana brasileira para além dos espaços metropolitanos. Como já mencionado, o processo de urbanização da população pelo interior do país se manteve mais célere que o ritmo de crescimento da população urbana no bloco das grandes regiões metropolitanas. Na Tabela 6, a seguir, podem ser observadas as taxas de crescimento da população urbana das GRMOs, bem como a correspondente participação sobre a concentração espacial da população urbana brasileira. Deve-se notar que as taxas de crescimento da população total e urbana das GRMOs tendem ser próximas, mas não são necessariamente iguais, já que parte de suas populações podem se encontrar residindo fora das delimitações urbanas municipais.

Como se pode notar na Tabela 6, foram sete regiões metropolitanas que apresentaram, nos períodos 1991-2000 e 2000-2010, taxas de crescimento de sua população urbana inferior a da população urbana brasileira: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Baixada Santista, São Paulo, Teresina e Salvador. E, na última década, quatro regiões metropolitanas apresentaram o mesmo comportamento: Belo Horizonte, Belém, Cuiabá e Curitiba. Diferentemente, doze regiões metropolitanas mantiveram um ritmo de crescimento urbano acima da taxa média do Brasil urbano: Grande Vitória, Fortaleza, Maceió, João Pessoa, Campinas, Aracaju, Florianópolis, Grande São Luís, Goiânia, Distrito Federal, Natal e Manaus.

GRÁFICO 3

Taxa média geométrica de crescimento anual da população urbana das GRMOs e proporção da população urbana do Brasil corresponde às GRMOs - anos censitários de 1991, 2000 e 2010

GRMOs	Concentração da população urbana brasileira nas GRMOs			Taxa média geométrica de crescimento anual urbano das GRMOs	
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
RM Manaus	1,01%	1,13%	1,25%	3,75%	2,65%
RM Belém	0,94%	1,38%	1,36%	6,96%	1,38%
RM Grande São Luís	0,28%	0,67%	0,71%	13,13%	2,20%
RIDE Teresina	0,64%	0,64%	0,62%	2,36%	1,37%
RM Fortaleza	2,14%	2,16%	2,20%	2,58%	1,70%
RM Natal	0,68%	0,69%	0,76%	2,59%	2,52%
RM João Pessoa	0,67%	0,66%	0,67%	2,32%	1,76%
RM Recife	2,48%	2,34%	2,23%	1,81%	1,05%
RM Maceió	0,63%	0,71%	0,72%	3,70%	1,72%
RM Aracaju	0,47%	0,49%	0,51%	2,82%	1,96%
RM Salvador	2,24%	2,21%	2,18%	2,30%	1,40%
RM Belo Horizonte	2,98%	3,08%	2,98%	2,83%	1,21%
RM Grande Vitória	1,00%	1,02%	1,03%	2,76%	1,62%
RM Rio de Janeiro	8,81%	7,88%	7,37%	1,19%	0,88%
RM Baixada Santista	1,09%	1,07%	1,03%	2,16%	1,23%
RM Campinas	1,60%	1,65%	1,70%	2,80%	1,85%
RM São Paulo	13,62%	12,41%	12,09%	1,41%	1,29%
RM Curitiba	1,74%	1,85%	1,84%	3,19%	1,48%
RM Florianópolis	0,43%	0,49%	0,52%	3,86%	2,14%
RM Porto Alegre	2,79%	2,61%	2,43%	1,73%	0,80%
RM Vale do Rio Cuiabá	0,50%	0,51%	0,50%	2,51%	1,40%
RM Goiânia	1,12%	1,23%	1,32%	3,52%	2,31%
RIDE Distrito Federal	1,75%	2,00%	2,17%	4,02%	2,42%

Fonte: Elaborado a partir dos dados de população municipal disponibilizados no *Altas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*.

Nota: As taxas de crescimento da população urbana do país, conforme dados da Tabela 2, foram de 2,47% entre 1991 e 2000 e de 1,55% entre 2000 e 2010.

A participação das GRMOs sobre a concentração da população urbana brasileira vai se mostrarsuperior em relação à da população total do país. As onze regiões metropolitanas que, na última década, apresentaram uma taxa de crescimento de sua população urbana inferior a do Brasil urbanosão aquelas que vão computar uma redução em sua participação sobre a concentração relativa da população urbana do país. Contudo, essa perda relativa não implicou maiores alterações na importância que esses espaços metropolitanos alcançaram sobre a concentração urbana brasileira. Pode-se aventar que esse recuo reflete certo limite dos espaços metropolitanos em acompanharem o ritmo recente de uma urbanizaçãoque também se deve à ascensão, para além dos grandes centros urbanos, das áreas urbanas locais como lugar privilegiado para a moradia. Nesse sentido, as transformações urbanas em curso no interior do país não devem ser confundidas com uma redução da importância dos espaços metropolitanos no contexto da urbanização brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da distribuição espacial da população no Brasil, nesse início de século XXI, sobressaem-se pouco mais de duas dezenas de grandes regiões metropolitanas oficiais como espaços privilegiados de concentração da população, em particular a urbana. A conformação desses espaços metropolitanos revela os desniveis espaciais que envolvem o curso da modernização e desenvolvimento econômico do país.

Nas últimas duas décadas, aproximadamente metade da população urbana do país esteve concentrada nessas grandes regiões metropolitanas, proporção que, considerando todo o conjunto da população, ficou pouco acima de 40% da população brasileira. E como a formação das grandes regiões metropolitanas está associada principalmente ao crescimento urbano das capitais estaduais, centro principal da grande maioria dessas áreas metropolitanas, o processo de metropolização da população brasileira se releva importante tanto no âmbito regional como nacional.

Apesar dos níveis elevados de concentração da população nas grandes regiões metropolitanas, houve uma redução generalizada do ritmo de crescimento populacional dessas áreas, o que não quer dizer que a maior parte delas não tenha sustentado uma taxa de crescimento maior que a do país. Assim, a concentração relativa da população brasileira nas grandes regiões metropolitanas aumentou nas últimas décadas, mas esse curso se arrefeceu, o que sugere uma tendência de estabilização da metropolização próxima aos níveis atuais. Outra questão é a urbanização pelo interior do país, pois esse processo atuou contra o crescimento da concentração relativa da população urbana brasileira nas grandes regiões metropolitanas.

REFERÊNCIAS

- BRITO, F. *As migrações internas no Brasil*: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009. (Texto para Discussão n. 366).
- _____. *Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população*: um breve ensaio além dos números. In: Taller Nacional sobre Migración Interna y Desarrollo en Brasil: Diagnóstico, Perspectivas y Políticas, 2007, Brasília. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2007.
- _____. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 221-236, maio/ago. 2006.
- BRITO, F.; PINHO, B. A. T. D. de. *Distribuição espacial da população, urbanização e migrações internas no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015. (Texto para Discussão n. 524).
- _____. *A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. (Texto para Discussão n. 464).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Composicao RMs RIDEs AglomUrbanas 2014_12_31*. Ano de 2015. (Arquivo em formato xls). Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/municipios_por_regioes_metropolitanas/Situacao_2010a2019/>.
- _____. *Áreas 2010*. (Arquivo em formato xls). Ano de 2012. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/areas_e_limites/>.
- _____. *Banco de dados agregados- Censo Demográfico e Contagem da População – Séries temporais*. In: IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>>.
- _____. *Malha municipal 2010*. (Arquivo em formato shp). Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/>.
- MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. (Org.). *População e cidades*: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. p. 11-24.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>.